FANTASIA DE AVANT-GARDE: A LUTA ANTIRRACISTA E O CONSERVADOR REACIONÁRIO QUE HABITA EM NÓS

Juliana Teixeira Souza [1]

Nos últimos anos, o combate aos negacionistas, atrelado ao esforço de definir as especificidades do conhecimento histórico, tem incentivado historiadores que atuam no Ensino Superior a assumir uma identidade pautada na oposição aos princípios e valores que atribuem aos grupos chamados de direita, extrema-direita ou "Nova Direita". Mas esse engajamento contra o negacionismo, absolutamente legítimo e necessário, também é forçoso dizer, tem se dado ao custo de silêncios perturbadores acerca do frágil comprometimento assumido pelos profissionais de História que atuam no Ensino Universitário com o efetivo combate a todas as formas de desigualdade e discriminação. Com a Lei n. 10.639/2003 completando 20 anos, momento propício para um breve balanço sobre o tema, proponho expor alguns dos inconvenientes desafios que ainda precisamos enfrentar para assegurar que os cursos de formação inicial de professores promovam uma educação antirracista, para em seguida tentar articular essa discussão com algumas reflexões acerca do contexto atual, com a polarização política repercutindo no debate sobre a função social da História.

Entre o dito e o feito

A edição anterior de *Palavras ABEHrtas* publicou um artigo provocador de Margarida Dias de Oliveira e Itamar Freitas (2022), problematizando o senso comum que associa a identidade dos professores de História ao espectro político da esquerda. Embora pouco explicitada, essa é uma questão inquietante em nossa área, uma vez que a suspeição de sermos comunistas, esquerdistas e/ou marxistas se tornou não apenas combustível para

[1] Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). E-mail: juliana.teixeira.souza@ufrn.br.

ISSN 2764-0922

o negacionismo, como também justificativa para demissões, denúncias e perseguições de toda ordem.

Para aqueles que militam abertamente contra as desigualdades raciais e em favor de uma educação antirracista, nessa celeuma acrescem alguns elementos que são particularmente incômodos, pois nos embates contra a direita, extrema-direita ou "Nova Direita", os profissionais da área têm afirmado ser atributo da História defender a democracia e os direitos humanos contra qualquer tipo de discriminação. O problema é que essa ideia contrasta com nossa relutância em promover qualquer mudança no currículo tradicional, com periodização orientada por uma perspectiva etnocêntrica europeia, referências majoritariamente alinhadas aos saberes coloniais, narrativas protagonizadas por homens heterossexuais brancos ou embranquecidos, pertencentes aos grupos dominantes (PEREIRA; SEFFNER, 2018), que atuam nos centros do poder.

Não vamos nos enganar afirmando que esse é um problema exclusivo da Educação Básica, porque esse currículo que reproduz e naturaliza as desigualdades de raça, classe, gênero e região também é o modelo hegemônico nos cursos de graduação em História de todo país. Eis aí um grande entrave para a implementação de uma educação antirracista, tornando uma queda de braço a implementação da Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e cultura da África e dos afro-brasileiros nas escolas.

Atendendo reivindicação histórica do movimento negro, pretendia-se reconhecer a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, e valorizar suas lutas e manifestações culturais, assim redefinindo sua contribuição na formação da sociedade brasileira. Desse modo, seria possível promover a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos, e a efetivação de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações étnico-raciais contra a população negra (BRASIL, 2013). Contudo, os estudos sobre o impacto da Lei n. 10.639 evidenciam que ainda há um longo caminho a ser percorrido, especialmente no que se refere à formação de professores, repercutindo diretamente na formação do público escolar (CARDOSO; FAGUNDES, 2019).

ISSN 2764-0922

Uma Base Nacional Comum Curricular comprometida com o antirracismo poderia ter contribuído para esse enfrentamento (FREITAS; OLIVEIRA, 2018). Foi a proposta da primeira versão da BNCC, defenestrada em manifestos publicizados pela principal entidade representante dos profissionais de História, a ANPUH, e por figuras como Ronaldo Vainfas (2015), para quem a ênfase na história dos sujeitos ameríndios, africanos e afro-brasileiros incentivava os "ódios raciais", prevalecendo a crítica conservadora e reacionária (CERRI; COSTA, 2021; SOUZA, 2023).

Estudos sobre trajetórias curriculares de universidades federais mostram que esse modelo fragiliza a implementação da Lei n. 10.639/2003 (COELHO; COELHO, 2018). Mas mudar o currículo para promover uma educação antirracista nunca esteve em nossa pauta. Foi a lei que impôs essa demanda aos cursos de licenciatura em História, atendendo os objetivos de um projeto que, longe de se pretender neutro ou desinteressado, implicava num posicionamento crítico com relação ao currículo hegemônico.

Nos vemos como vanguarda da produção do conhecimento, mas poucos admitem como problema mantermos um currículo tão similar ao modelo implantado no início do século XX, com alterações na grade sendo motivadas principalmente por determinações de ordem externa, a maior parte vindas do Ministério da Educação (BENTIVOGLIO, 2017). Os intelectuais do movimento negro criticavam os currículos de História há décadas (NASCIMENTO, 1978), mas foram ignorados pelos professores universitários. E desde que as reivindicações do movimento negro se conformaram como um dispositivo legal, legitimadas pelas experiências dos professores da Educação Básica no enfrentamento ao racismo nas escolas, as universidades resistem para que as mudanças se limitem ao mínimo necessário.

A resposta dos professores universitários à lei n. 10.639/2003 foi acrescentar um novo conteúdo ao velho currículo, opção que as diretrizes alertavam ser preciso evitar, preferencialmente limitando-o a uma única disciplina – a História da África, na maior parte dos casos. Essa decisão política minimizou as perspectivas de mudança na formação de professores, pois eximiu os professores das demais especialidades de debater em que medida o caráter etnocêntrico das concepções teóricas que fundamentam a produção do

ISSN 2764-0922

conhecimento histórico comprometem projetos de educação antirracistas (SOUZA, 2021, p. 120). Além disso, vale notar que a análise dos programas de concursos para História da África, Cultura Afro-Brasileira e relações étnico-raciais, realizados entre 2003 e 2019, mostra que, em 59,6% dos casos, as bancas não exigiram dos candidatos qualquer conhecimento relativo ao ensino de História ou à Educação Básica (SOUZA, 2021), sendo quase irônico pensar que esses concursos recorreram à Lei n. 10.639/2003 para justificar os pedidos de vaga.

A oposição às políticas afirmativas não se restringe às disputas de currículo. Nos últimos anos, vimos a direita radical ser criticada pelos historiadores por negar as atrocidades cometidas contra a população africana e afrodescendente durante o escravismo, negar a existência do racismo no Brasil e se posicionar contra ações de reparação históricas. Mas convenientemente silenciamos sobre a defesa dessas ideias por nossos colegas, que jogaram água no monjolo da reação conservadora que acirrou as disputas políticas no país.

Municiando a frente de direita que fazia oposição às cotas raciais, o libelo *Divisões Perigosas* reproduziu textos de vários desses colegas. Neles, Monica Grin minimizou a violência racial no pós-Abolição comparando nossa experiência com a Jim Crow estadunidense, o *apartheid* sul-africano e o nazismo alemão; Ronaldo Vainfas considerou que a existência de traficantes e senhores negros prova não haver relação entre a escravização de milhões de africanos e o racismo no Brasil; José Roberto Góes afiançou que, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, a população de cor vivia, trabalhava, se casava e morria do mesmo jeito que os brancos; Manolo Florentino achou por bem enaltecer Gilberto Freyre por tornar a miscigenação um elemento "civilizacional positivo", resultado de uma mistura "vitoriosa e quase livre" para a qual contribuiu o "intercurso entre a escrava e seu senhor", eufemismo para se referir ao estupro; enquanto o obscurantismo de Francisco Palomanes Martinho previu que a implementação das cotas insuflaria o ressentimento da população branca e pobre contra os possíveis progressos dos negros pobres, sendo preferível preservar o racismo acanhado e dissimulado (MAGGIE, Y. et al., 2007).

ISSN 2764-0922

Ou seja, muito antes do Brasil Paralelo, historiadores negaram o pensamento crítico acumulado sobre o racismo e incitaram a polarização, apostando na oposição entre cientistas e doutrinadores ideológicos, os últimos representados pelos intelectuais do movimento negro e seus apoiadores (SOUZA, 2023). O que fica, então, é a sensação de que a luta por uma educação antirracista tem avançado lentamente, acumulando derrotas significativas num campo ocupado por profissionais supostamente comprometidos com o combate a todas as formas de discriminação. Por isso, talvez valha a pena tentar entender por que o engajamento dos profissionais de História contra os negacionistas e em favor da democracia e dos direitos humanos não tem se traduzido em avanços na promoção de uma educação antirracista, que reconheça, respeite e valorize a diversidade.

As ideologias e as lutas pela história

O negacionismo não é um fenômeno novo. Na Europa pós Segunda Guerra esse movimento pôs-se contra a história supostamente manipulada por uma conspiração sionista que, por meio da narrativa ideológica marxista, difundia mentiras sobre o nacional-socialismo e o fascismo, falsamente acusados de crimes atrozes (MAYNARD; SANTANA, 2017). Seguindo essa tradição, os negacionistas brasileiros têm se empenhado em desqualificar "não apenas do conhecimento historiográfico produzido nas universidades brasileiras, mas também os próprios historiadores, vistos como portadores de interesses ocultos, 'doutrinadores' e defensores de ideologias socialistas" (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 26).

Entre os historiadores que têm investigado e combatido o negacionismo no Brasil, os argumentos convergem na afirmação da relevância da formação acadêmica e do campo disciplinar. Grosso modo, reiteram argumentos mobilizados pelos profissionais de história que se viram na berlinda há alguns anos, com o investimento do mercado editorial em *best-sellers* de História escritos por jornalistas, como Eduardo Bueno, Laurentino Gomes e Leandro Narloch. Naquela disputa, parecia urgente desqualificar a História escrita por leigos e valorizar a "metodização racional dos procedimentos e exposição dos

ISSN 2764-0922

argumentos e a crítica (das fontes, dos procedimentos de coleta e sistematização dessas fontes, de problematização temática e perspectivação teórica, de produção textual)" (MALERBA, 2014, p. 44), sobre os quais os historiadores com formação acadêmica têm domínio quase exclusivo.

Colocados novamente na berlinda, dessa vez pelos negacionistas, os historiadores tornaram a defender a proeminência dos profissionais da área sobre a escrita qualificada da História, reforçando as diferenças entre a produção dos profissionais da área e as narrativas elaboradas por pessoas leigas. Desse modo, se assevera que a relevância social e política do ofício se fundamenta na "competência de instrumentalizar o recurso técnico, por meio dos seus métodos" para promover a crítica das fontes (JESUS; GANDRA, 2020, p. 8). Mesmo os que se opõem à ortodoxia disciplinar em favor do pluralismo historiográfico reconhecem como problema grave a deslegitimação do conhecimento científico, e reforçam a importância do cumprimento dos "protocolos de respeito às evidências e à responsabilidade teórico-conceitual" (ÁVILA, 2021, p. 176).

Um componente novo nesse debate é o maior investimento na reflexão sobre a ética do ofício, já que a crítica deixou de se dirigir aos jornalistas interessados em atender o gosto narrativo do mercado consumidor, para se voltar contra os sujeitos e grupos de sujeitos que se identificam, antes de tudo, pela defesa de um determinado viés político, chamado de direita, extrema-direita ou "Nova Direita". Mas o desafio tem sido afirmar a identidade profissional em oposição a esse grupo político sem se vincular a qualquer outro espectro político.

Para trilhar esse caminho, os profissionais de História têm reelaborado discussões que estiveram em voga nos anos 1970 e 1980, quando a defesa da democracia figurava como um símbolo identitário da intelectualidade engajada na luta contra a ditadura, e que se via como incumbida da defesa dos direitos e liberdades democráticas (PECAULT, 1990). Operando com essa chave, tem-se atribuído aos historiadores o compromisso ético de responder demandas pelo direito à História, promovendo uma "cultura histórica democratizada" (ARAÚJO, 2017, p. 204). Esse discurso operacionaliza a construção de uma identidade profissional fundada na aprendizagem e exercício do ofício, e também na

ISSN 2764-0922

função social desse ofício. O problema é que se induz à falsa impressão de que haveria um consenso entre os historiadores sobre os princípios e valores norteiam nossa prática profissional, quando o debate sobre esse tema tende a ser difuso e impreciso.

Expressão disso, no dossiê da *Revista Brasileira de História* dedicado à discussão sobre o negacionismo, os autores se colocaram em oposição às práticas narrativas que desrespeitam "as minorias religiosas, as escolhas sexuais e ideológicas, buscando defender a misoginia, o autoritarismo, o antissemitismo, o machismo e o desprezo pela democracia" (JESUS; GANDRA, 2020, p. 5); contra lideranças políticas, partidos e regimes autoritários, de direita e extrema-direita (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021); e contra a "Nova Direita" que combina "liberalismo econômico, nacionalismo paranoide e conservadorismo autoritário" (AVILA, 2021, p. 163). A estratégia, portanto, é se opor aos princípios e valores defendidos pela direita sem jamais assumir qualquer posicionamento no espectro político. Ainda assim, não podemos negar que nossos posicionamentos políticos impactam na função social que atribuímos à História e repercutem em nossas perspectivas sobre o fazer e ensinar História.

Talvez seja possível considerar que qualquer posicionamento contrário à direita joga o sujeito no campo político da esquerda. Mas em se tratando da produção discursiva de profissionais treinados a expressar suas ideias da forma o mais precisa e correta, presumo que o cuidado em não utilizar a expressão "esquerda" para se identificarem seus posicionamentos é uma decisão orientada.

Ademais, sugiro que não se perca de vista o problema da significação negativada atribuída à esquerda, profundamente enraizada na cultura política brasileira. Desde a fundação do Partido Comunista, em 1922, nos períodos ditatoriais e nos governos democráticos, a opinião pública empenhou-se na difusão de um discurso que identificava os comunistas como sectários e inimigos da pátria, da liberdade, da família e da religião. A partir dos anos 1980, esses atributos vão progressivamente se deslocando para os esquerdistas, de modo que "ser de esquerda" teve sua referência construída discursivamente pela remissão do "ser comunista", enraizando a certeza de que "ser de esquerda" era um atributo ético negativo (MARIANI, 2019).

ISSN 2764-0922

O meio acadêmico não esteve alheio a essa desqualificação, frequentemente justificada pela acepção de que a militância era incompatível com a prática científica. Talvez seja essa a dificuldade de os historiadores, ainda hoje, assumirem-se abertamente como de esquerda: a preocupação de ter o trabalho identificado com essa produção militante, atraindo para si atributos que resultem em dupla desqualificação, do sujeito produtor do conhecimento e do conhecimento produzido. Ou talvez os historiadores não se assumam no campo da esquerda por não se identificarem com os princípios e valores defendidos pela esquerda, ideologicamente engajada no apoio a movimentos sociais que critiquem o *status quo* e defendam mudanças que possam corrigir as desigualdades (FREITAS; OLIVEIRA, 2022).

Considerações finais

No exercício do magistério, tenho tido o privilégio de contribuir na formação profissional de estudantes oriundos de famílias trabalhadoras que pela primeira vez veem seus filhos no Ensino Universitário, jovens que corajosamente afirmam suas identidades diversas. É lamentável que a potência transformadora desses jovens seja embotada pela imposição de um currículo alheio às questões e desafios que as desigualdades de raça, classe, gênero e região colocam para a seleção e organização de conteúdo, como para os próprios fundamentos da produção do conhecimento histórico. Como aos alunos da Educação Básica, aos graduandos em História resta o voluntarismo dos professores que permanecem nas trincheiras da luta contra o racismo, a misoginia, a homofobia e todas as formas de preconceito.

No contexto atual, marcado pelo escancaramento das discriminações do Brasil real, é lógico que o enfrentamento ao negacionismo é legítimo e necessário. Mas o esforço de afirmar nossa identidade profissional a partir da oposição a esse Outro, alinhado aos interesses hegemônicos, preconceituoso e infenso a qualquer noção de direitos humanos, tem se dado à custa do silenciamento sobre as profundas divergências em nosso campo. Esse silêncio não apenas apaga as diferenças, como também anula a possibilidade de luta,

ISSN 2764-0922

pois endossa a voz dos vencedores, essa parcela majoritária e dominante dos profissionais de História, que de forma aberta ou velada defende os valores e princípios que moldam o tradicional currículo de História, que naturaliza as desigualdades de raça, gênero, classe, região etc. E como bem lembraram Margarida Maria Dias de Oliveira e Itamar Freitas (2023), é a partir dos significados atribuídos ao valor-conceito de "igualdade", em articulação com a ideia de "cidadania", que definimos o alinhamento de sujeitos e grupos de sujeitos aos espectros políticos da esquerda, ou da direita, extrema-direita ou "Nova Direita".

Referências

ARAÚJO, V. L. de. O Direito à História: O(a) Historiador(a) Como Curador(a) de Uma Experiência Histórica Socialmente Distribuída. *Conversas sobre o Brasil*: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

AVILA, A. L. de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 41, p. 161-184, 2021.

BENTIVOGLIO, J.. Precisamos falar sobre o currículo de História. *Café História*. v. 15, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARDOSO, B. L. C., FAGUNDES, H. P. P.. Quinze anos de implementação da Lei 10.639/2003: desafios e tensões no contexto da Base Nacional Comum Curricular. *Exitus*, Santarém/PA, v. 9, n. 3, p. 59 - 86, jul/set 2019.

CERRI, L. F., COSTA, M. P.. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. 1-21, 2021.

COELHO, M. C.; COELHO, W. de N.. As licenciaturas em história e a Lei 10.639/03 - percursos de formação para o trato com a diferença? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

FREITAS, I. de; OLIVEIRA, M. M. D. de. Base Nacional Curricular Comum: Caminhos percorridos, desafios a enfrentar. In: CAVALCANTI, E.; ARAUJO, R. I. S.; CABRAL, G. G.; OLIVEIRA, M. M. D. de (Org.). História: demandas e desafios do tempo presente. São Luís: EDUFMA, 2018.

_____. Ideologia e professor de história. *Palavras ABEHrtas*, n. 6, 2022.

ISSN 2764-0922

JESUS, C. A. N. de, GANDRA, E. A.. O negacionismo renovado e o ofício do historiador. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set.-dez. 2020.

MAGGIE, Y. et al.. *Divisões perigosas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MALERBA, J.. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014.

MARIANI, B.. As formas discursivas e a ameaça comunista. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 44, p. 270-289, jul./dez. 2019.

NASCIMENTO, A.. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PECAULT, D.. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F.. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 14-33, nov./2018.

SANTANA, D..; MAYNARD, D.. O portal Metapedia: revisionismo histórico e negacionismo no tempo presente. *Revista TransVersos*, n. 11, p. 23-41, 2017.

SOUZA, J. T.. Educar para as relações étnico-raciais na escola e na universidade. In: ANDRADE, Juliana; PEREIRA, Nilton Mullet.. (Org.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2021, v. 1, p. 114-130.

_____. Ações afirmativas, negacionismo e doutrinação ideológica: as decorrências políticas e éticas da historiografia escrita e ensinada. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 69-96, 2023.

VAINFAS, R.. A nova face do autoritarismo. *O Globo*, Rio de Janeiro 05 dez. 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/nova-face-do-autoritarismo-18225777. Acesso em: 25 set. 2022.

VALIM, P., AVELAR, A. de S., BEVERNAGE, B.. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021.

ISSN 2764-0922